



## **QUE DESENVOLVIMENTO PARA O SETOR PESQUEIRO: ECONÔMICO TRADICIONAL, SUSTENTÁVEL OU ECODESENVOLVIMENTO?**

**Paula, Cristiano Quaresma de<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>*Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI/ FURG  
Av. Itália, Km 8 – Campus Carreiros – CEP: 96203-000 - cqgeo@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho pretende discutir o desenvolvimento do setor pesqueiro. Para tanto, em um primeiro momento apresentamos o resultado de uma pesquisa exploratória, baseada em dados secundários – livros e artigos, referentes à trajetória do setor pesqueiro em escala nacional e regional. Logo, percorre os conceitos de desenvolvimento econômico defendido pelo governo federal na década de 60, e de desenvolvimento sustentável adotado pelo Fórum da Lagoa dos Patos a partir de 1996.

Em um segundo momento, partimos para análise em escala local onde defendemos o conceito de ecodesenvolvimento. Isto, porque se observa que no Lugar: Praiaira do Pôr-do-Sol existem pescadores artesanais que compõe populações tradicionais que fazem uso dos recursos naturais com técnicas de produção artesanal herdadas de gerações passadas.

### **2. MATERIAL E MÉTODO**

Nossa abordagem segue a perspectiva marxista. Portanto, a natureza não é abordada em seu movimento intrínseco, mas enquanto recurso para a vida humana. Assim, as condições naturais são discutidas em suas envolturas com os processos produtivos (Moraes, 2002).

Neste debate, tanto para o desenvolvimento econômico tradicional quanto para o desenvolvimento sustentável, os recursos naturais são vistos como pressuposto da (re)produção do capital. Já, a agregação de valor aos recursos naturais através do manejo dos ecossistemas baseados em saberes tradicionais é proposta do Ecodesenvolvimento.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Decreto Lei nº 221 de 1967 define uma política de estímulo ao setor pesqueiro. Portanto, contempla definições básicas sobre a esta atividade e apresenta o embasamento legal para o seu ordenamento. Neste contexto, o setor industrial foi privilegiado no que se refere aos incentivos fiscais (Pasquoto, 2007). Ao contrário, a pesca artesanal recebeu somente o equivalente a 12% dos incentivos fiscais investidos na indústria pesqueira além de não ter acesso ao Sistema Nacional de Crédito Rural por não atender as exigências bancárias (Diegues, 1988).

A opção do governo federal pelo modelo tradicional de desenvolvimento econômico vem legitimar o padrão pragmático da sociedade ocidental, onde a razão tem que ser instrumental e movida na lógica da acumulação e que qualquer outra razão senão a industrial é desconsiderada (Gonçalves, 2007).

Com a indústria pesqueira munida de apetrechos que favorecem o aumento do esforço de pesca a pretensão de máximo desenvolvimento econômico do setor alcançou seu objetivo em 1985 quando a produção chegou a 971,5 mil toneladas. Contudo, a partir desse ano, a produção pesqueira industrial brasileira começou a declinar chegando a 697 mil toneladas em 1994 (Pasquoto, 2007).

Neste mesmo contexto, o Estado do Rio Grande do Sul, deixa de ter a pesca artesanal como a única fonte de abastecimento dos mercados locais e do mercado de exportação de pescado salgado, passando a predominar a pesca industrial. Contudo, restrições impostas pelo governo da Argentina e do Uruguai sobre a atuação de embarcações brasileiras em seus territórios resultaram na atuação das embarcações industriais, muitas vezes de forma predatória, nas proximidades da Barra de Rio Grande, o que comprometeu os cardumes das espécies do oceano que são objeto de trabalho dos pescadores artesanais no estuário da Lagoa dos Patos (idem, 2007).

Salientamos que até o início dos anos 80 o Estuário da Lagoa dos Patos era o principal local de pesca artesanal no referido Estado. Apesar disso, a partir de 1982 as capturas na região começaram a cair. Na atualidade, a pesca estuarina representa uma baixa produção pesqueira e esta baseada principalmente na captura do camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) e safras ocasionais de tainha (*Mugil platanus*) e corvina (*Micropogonias furnieri*) (Kalikoski; Silva, 2007).

Esta crise na atividade pesqueira artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos produziu conseqüências graves, entre elas à inserção do pescador artesanal em um quadro de extrema miséria. Diante disso, em 1996 foi criado o Fórum da Lagoa dos Patos, por iniciativa da Pastoral do Pescador, CEPERG (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros, Lagunares e Estuarinos de Rio Grande), IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e das Colônias de Pescadores dos municípios de Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Pelotas.

O Fórum da Lagoa dos Patos é um órgão colegiado de função cooperativa com o setor pesqueiro no âmbito político, econômico e jurídico e é composto por 22 instituições, sendo elas entidades e representantes da sociedade civil organizada e poderes públicos dos municípios do entorno do Estuário da Lagoa dos Patos. Segundo o Estatuto da Lagoa dos Patos, este órgão representa uma iniciativa local para a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Logo, ressaltamos que este espaço, procura incentivar o desenvolvimento sustentável (Kalikoski; Silva, 2007).

O conceito de desenvolvimento sustentável ficou popularizado no Relatório de Brundtland ou “Nosso Futuro em Comum”. Em síntese, propõe atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras também terem suas necessidades garantidas (Basso, 2000). É incorporada a este conceito uma perspectiva integrada que articula economia, ecologia e política. Além disso, percebem-se outros fatores positivos como visão a longo prazo, “sintonizada com os ciclos biofísicos e com as gerações futuras e o tratamento político do problema ecológico que substitui a visão meramente técnica antes predominante” (Lima, 1997).

É indiscutível a atenção dada à pesca artesanal a partir do Fórum da Lagoa dos Patos. Contudo, o nosso empenho é de discutir se realmente o conceito de

desenvolvimento sustentável é o melhor a ser adotado a fim de propor o desenvolvimento da pesca artesanal no referido estuário.

Acrescentamos que é primário levar em consideração que enquanto inserido no modo de produção capitalista o desenvolvimento sustentável encontra barreiras, talvez inatingíveis, ou então é utilizado pelo próprio sistema. A tendência economicista do conceito resulta na valorização da dimensão econômica do desenvolvimento em detrimento de aspectos éticos, culturais, sociais e políticos, embora na teoria represente uma perspectiva integradora (Lima, 1997). Para Boff (1997) este conceito é uma armadilha do ecocapitalismo para apropriar-se do discurso ecológico e esvaziá-lo, pois são duas palavras que se contradizem (Basso, 2000).

Outro ponto a destacar é a reduzida participação direta dos pescadores no processo de gestão compartilhada proposto pelo Fórum da Lagoa dos Patos. Logo, há pouca representatividade no que se refere aos interesses do pescador (Kalikoski; Silva, 2007). Além disso, embora as discussões sejam abertas à comunidade, de forma que o pescador também pode participar, o voto tem caráter institucional, logo à representatividade dos interesses dos pescadores é reduzida à Pastoral dos Pescadores, Colônias de Pescadores e Associações de Pescadores.

Acreditando que é “no âmbito do lugar que se formam as resistências ao modelo econômico hegemônico; ele forma lócus de solidariedade orgânica de grupos marginalizados, que passam a se organizar no intuito de reverter o quadro de segregação socioeconômica e cultural crescente”, abordaremos a pesca artesanal na Praiaira do Pôr-do-Sol, situada na margem da Lagoa dos Patos na área urbana do município de Rio Grande – RS. Neste local, vivem pescadores artesanais que constituem populações tradicionais por “fazerem uso dos recursos naturais com técnicas de produção artesanal, baseadas em conhecimentos tradicionais”. Contudo, é imprescindível levar em consideração que estes referidos agentes não são “fenômenos fixos no tempo, portanto integram traços de modernidade” (Prost, 2007: 143).

Diante do exposto, convém adotarmos o conceito de Ecodesenvolvimento proposto por Sachs apud Layrargues (1997:7); Prost (2007:142).

O Ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo sem negar a importância dos intercâmbios (...). Em vez de atribuir um espaço acessivo à ajuda externa, dá voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que inspirada em soluções alheias.

Observamos que ao longo da Praiaira do Pôr-do-Sol existem uma série de portos artesanais que são feitos e monitorados pelos pescadores que atracam suas pequenas embarcações. Observa-se que nesses lugares, juntam-se pescadores com vínculos de afetividade, contraprestação, parentesco, reciprocidades o que remeteria ao conceito de comunidade (Diegues, 1983). Tais comunidades, ao monitorarem este espaço físico, delimitando áreas e colocando placas, estariam desenvolvendo uma postura de autogestão. Logo, gerem o espaço utilizando conhecimentos adquiridos e transmitidos de acordo com a experiência com o lugar.

Outros fatores observados aliam a utilização do ambiente sem degradação. Por exemplo, citamos a preservação das Marismas nas áreas em que as pequenas

embarcações são atracadas. Segundo os pescadores, esse tipo de ecossistema protege as embarcações de colisões com rochas em dias de tempestade.

Salientamos que tais pescadores não desenvolvem postura predatória. São obedientes nas instruções do IBAMA referentes ao tamanho da malha das redes. Contudo, não concordam com o período permitido para pesca fixado pelo IBAMA, pois muitas vezes os camarões alcançam o tamanho lícito antes da liberação da pescaria. Além disso, ressaltam que enquanto a fiscalização é direcionada ao pescador artesanal, os barcos de pesca de outros estados, utilizando redes de arrasto com malha menor que permitida, não encontram o obstáculo da inspeção.

#### 4. CONCLUSÕES

Diante do exposto no trabalho, acreditamos que o desenvolvimento não deve seguir o viés desenvolvimentista tradicional que pretende municiar pescadores de embarcações e tecnologias para aumentar o esforço de captura. Isto porque se sabe que os recursos naturais são finitos e que esta postura quando tomada nos anos 60 a favor da pesca industrial foi responsável pelo esgotamento dos estoques pesqueiros e teve resultados perversos sobre a figura do pescador artesanal.

Acredita-se também, que o viés do desenvolvimento sustentável, só vem mascarar o objetivo sempre presente de desenvolvimento econômico. No caso do Fórum da Lagoa dos Patos, destacamos que é um espaço importante, contudo deveria considerar os saberes tradicionais e dar espaço ao pescador enquanto protagonista da atividade pesqueira artesanal.

Quanto à proposta de Ecodesenvolvimento, acreditamos que para a pesca artesanal é um bom caminho. Principalmente por levar em consideração os saberes das populações locais o que é possível com os pescadores artesanais que constituem comunidades tradicionais detentoras de saberes ecológicos extremamente relevantes.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSO, L. A. **Desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental das cidades**. In. SUERTEGARAY, D. M. A. Et. *Al Ambiente e Lugar no Urbano: Grande Porto Alegre*. P. Alegre. Ed. Da UFRGS: 2000. pp. 375-409.
- PASQUOTTO, V. F. **Comercialização, políticas públicas e reprodução social na pesca artesanal**. In. COSTA, A. L. *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: IBAMA, 2007. pp.225- 239.
- DIEGUES, A. C. **A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil**. *Etnográfica - Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, Vol. III. N2. pp. 361 – 375, 1999.
- GONÇALVES, C. W. P. **A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas**. In. SANTOS, M. (et. al.) *Território, Territórios. Ensaio sobre Ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. pp. 375-409.
- KALIKOSKI, D. C. ; SILVA, P. P. **Avanços e desafios na implementação de gestão compartilhada no Brasil: lições comparativas do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) e da Resex Marinha de Arraial do Cabo (RJ)** In. COSTA, A. L. *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: IBAMA, 2007. pp. 115-154.
- LIMA, G. C. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável**. *Revista Política e Trabalho* N.13. pp. 201-222, 1997.

PROST, C. **Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso do norte e nordeste do Brasil.** GeoTextos – Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, Vol. III, Ano 3, pp. 134-169, Bahia, 2007.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.